



Opinião ^{PSTU} socialista

Ano IX Edição 167
De 03 a 16/03/2004
Venda avulsa: R\$ 0,50

REFORMA UNIVERSITÁRIA DE LULA E DO FMI É PRIVATIZAÇÃO: DIGA NÃO!

Reforma está a serviço da Alca e do FMI

JÚLIA EBERHARDT*,

Diretora de Universidades Públicas da UNE e do Movimento Ruptura Socialista

Ao contrário das “mudanças” prometidas durante a campanha eleitoral de 2002, o governo Lula continua aplicando a política econômica e as reformas neoliberais de FHC.

Prova disso foi o pagamento recorde de 145,2 bilhões de reais de juros da dívida externa em 2003, a renovação do acordo com o FMI, a defesa dos interesses de latifundiários nas negociações da Alca e a Reforma da Previdência que privatizou a previdência no Brasil. As conseqüências disso são 500 mil novos desempregados, 13% de queda no poder de compra dos trabalhadores e um corte de 7,5 bilhões no Orçamento de 2004 que atingiu a educação em 630 milhões.

Seria ingenuidade pensar, portanto, que uma reforma Universitária proposta por este governo poderia fugir a esta política econômica e à agenda das reformas neoliberais. Pelo contrário, o objetivo do governo com esta Reforma é preparar o ensino superior brasileiro para a implementação da Alca em 2005 (não é por acaso que a reforma acontece neste ano), economizar dinheiro para pagar a dívida (fazendo com que as universidades públicas busquem dinheiro na iniciativa privada) e salvar os tubarões do ensino privado que estão em crise, dando isenção de impostos e incentivos legais.

O imperialismo e seus organismos (FMI, OMC, Banco Mundial) influenciam diretamente a reforma universitária de Lula, pois têm um objetivo muito claro com ela: acabar com a produção de conhecimento e tecnologia das universidades públicas dos países da periferia do capitalismo, formando mão-de-obra barata em cursos de curta duração; e abocanhar um mercado de ensino privado muito lucrativo. Esses são os objetivos da atual reforma universitária.



PRIVATIZAÇÃO ATRAVÉS DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E CONTRATO DE GESTÃO

Durante a década de 90 houve um duro combate do movimento universitário contra as propostas de privatização vindas de FHC e Paulo Renato.

Por isso, o governo Lula tenta a todo o momento negar que esteja propondo uma reforma privatizante, afirmando, não só defender o ensino público e gratuito, como também incluir aqueles que hoje estão fora da universidade.

Mas isso é pura propaganda enganosa. A verdadeira intenção de Lula é criar um “Pacto para o Desenvolvimento Inclusivo”, por meio de um acordo feito entre governo e instituições (públicas ou privadas), com metas a serem atingidas em um prazo definido, em troca de verbas federais “extras”. Outra fonte de recurso seria a captação na iniciativa privada por meio das fundações.

Ou seja, as universidades públicas deixam de ser financiadas com verbas públicas, e passam a depender do mercado, que só financia as pesquisas que gerem lucro. O “pacto” transforma as instituições em verdadeiras empresas com metas e premiação financeira, acabando com a autonomia e sujeitando as universidades ao governo. As faculdades privadas vão receber verbas do governo para oferecerem vagas gratuitas! É exatamente a mesma proposta defendida por Bresser Pereira, o ideólogo da reforma neoliberal do Estado.

Além disso, o governo quer transformar o ensino à distância na grande panacéia para incluir 500 mil estudantes até 2007. Ao invés de investir em criação real de vagas e contratação de professores. O governo prefere uma expansão “virtual” que gasta menos e favorece as multinacionais que investem no setor. Isso tem apenas um nome: PRIVATIZAÇÃO.

OS PASSOS DA PRIVATIZAÇÃO



AUTONOMIA, FINANCIAMENTO E AVALIAÇÃO

Para conseguir a privatização travestida de “democratização do ensino superior”, o governo usa três mecanismos principais: autonomia, financiamento e avaliação.

A concepção de autonomia do governo é idêntica a de FHC e Paulo Renato: as universidades teriam “liberdade” para procurar recursos na iniciativa privada via fundações, com as consequências já mencionadas; poderiam “contratar, nomear, demitir, exonerar e transferir servidores docentes e não-docentes” e “decidir seu plano de carreira” (Doc. GTI governo), o que na prática acaba com o regime jurídico único do funcionalismo e abre uma disputa entre as universidades por salários e condições de trabalho diferenciadas; quanto à definição de ensino e pesquisa, o governo vai incentivar, através da avaliação, as pesquisas que tenham relevância segundo o mercado e o projeto estratégico do governo.

Em relação ao financiamento, o governo propõe alternativas com o mesmo objetivo de cortar gastos e incentivar financiamento privado. Assim, consta no documento do governo a retirada de aposentados e pensionistas da folha de pagamento das universidades para economizar 2,3 bilhões de reais; a cobrança de mensalidades de alunos ou ex-alunos; incentivos fiscais (de novo!) para empresas que invistam em educação; e assistência estudantil paga ou em troca de trabalho voluntário. Mesmo que a cobrança de mensalidades não venha já, é preciso que o movimento estudantil tenha claro que o projeto do governo leva ao fim da gratuidade em um futuro próximo.

NOVO PROVÃO: O MERCADO AVALIA A UNIVERSIDADE

O novo projeto de avaliação do governo vem gerando muita confusão no movimento universitário. Várias entidades participaram da elaboração do projeto de Cristóvam, achando possível que uma avaliação pedagogicamente correta fosse aplicada pelo governo.

No entanto, toda avaliação, por mais pedagogicamente correta que seja, está a serviço de um projeto político, e nesse caso, **adaptar as universidades ao mercado e ao projeto político do governo Lula.**

O governo nunca foi contra o Provão, pelo contrário, dizia que era “incompleto” e precisava ser aperfeiçoado. Prova disso é que a nova avaliação mantém o Provão (ENADE), que agora será feito no início e no final do curso. O fato do Provão agora ser por amostragem não significa que será voluntário, pois os estudantes seriam obrigados a fazê-lo e seus resultados continuariam sendo

usados para o ranqueamento.

O governo ainda inclui outros itens na avaliação, como a “responsabilidade” da instituição. Com isso, o governo passa a considerar bem avaliadas as instituições vinculadas à iniciativa privada, que tiverem programas de ensino à distância, e que façam trabalho voluntário (Fome Zero, Analfabetismo Zero), direcionando o ensino, pesquisa e extensão para as prioridades do governo.

O ranqueamento do Provão vai ser ainda pior, pois como são usados vários itens na avaliação, cada instituição (pública ou privada) vai poder divulgar o resultado que quiser, generalizando uma verdadeira fraude nacional.

O governo diz que a avaliação vai servir para firmar um compromisso com a instituição, objetivando melhorar seus cursos, fechando as instituições que não cumprirem as metas. Na verdade, essa é a porta de entrada para o “Pacto” do governo habilitar as faculdades privadas a receberem verbas federais para oferecer cursos gratuitos.

Por fim, o novo Provão será conduzido de forma totalmente antidemocrática, onde quem “realmente manda” é uma comissão composta exclusivamente por membros do governo.

UNIVERSIDADES PRIVADAS: SUBSÍDIOS PARA SALVAR OS TUBARÕES DO ENSINO

O ensino privado está em crise. Depois da grande expansão ocorrida durante a década de 90, as faculdades têm hoje 553 mil vagas ociosas, 30% de estudantes inadimplentes e cursos sem qualidade sendo questionados.

Ao invés de estatizar as faculdades privadas, o governo Lula pretende salvar os tubarões do ensino com os maiores subsídios da história. Além dos já tradicionais financiamentos do BNDES e da renúncia fiscal que consome cerca de R\$ 700 milhões por ano (mais do que o orçamento de todas as universidades federais), o governo quer agora dar isenção fiscal a todas as instituições que aderirem a seu programa de “compra de vagas”, além de aumentar subsídios indiretos via bolsas e FIES e dar verbas federais para as privadas para as privadas via o “Pacto para o Desenvolvimento Inclusivo”.

“ESTATIZAÇÃO” É COMEÇAR

Governo irá transferir R\$ 50 milhões em renúncia fiscal para que as universidades privadas aderirem ao programa “Universidade para Todos”.

JOSÉ VITÓRIO ZAGO, 1º tesoureiro do ANDES-SN e **ANTÔNIO DE PÁDUA BOSI**, professor da UNIOESTE

Após uma década de vertiginosa expansão, o ensino superior privado entrou em crise. Cerca de 37% das vagas oferecidas não são preenchidas e a inadimplência chega a 35%.

Frente a esta crise o governo intervém para garantir os lucros aos empresários. Assim aconte-



NOSSA REFORMA

POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A reforma que interessa ao movimento estudantil e aos trabalhadores é outra. É necessário defender uma universidade pública e gratuita, com verbas públicas suficientes para o seu funcionamento e ampliação, assim como a criação de novas universidades para abarcar a crescente demanda por ensino superior.

NOSSO PROGRAMA

Reforma Universitária de Lula e do FMI é Privatização! Que Lula rompa com a Alca e o FMI; Não à inclusão da educação na Alca/OMC! Dinheiro pra Educação, pra Dívida Externa Não!

NAS PÚBLICAS

FINANCIAMENTO

Não ao financiamento privado!

Mais verbas públicas para investir 10% do PIB em educação; Propostas emergenciais: Aumento da vinculação de impostos da União para 25%, e dos estados e municípios para 30%. Fim da DRU e investimento dos recursos da educação. Fim da Lei de Responsabilidade Fiscal que direciona verbas da educação para pagar a dívida. Imposto sobre as grandes fortunas e sobre os grandes em-

A importância do Congresso do ANDES na luta em defesa da Educação pública



“O atual momento histórico transformou o 23º Congresso do ANDES-SN, entre 4 e 9 de março em Salvador (BA), num dos mais importantes de sua história. A conjuntura impõe, como nunca, que o ANDES-SN continue fiel a sua característica de sindicato classista, autônomo e independente. Um sindicato combativo, crítico e que não titubeia na defesa de princípios. Mais de vinte anos após sua criação, o ANDES-SN sofrerá uma das mais fortes ofensivas por parte daqueles que pretendem com essa reforma transformar a Educação em simples mercadoria”.

José Domingues de Godói - 1º Vice-Presidente do ANDES-SN



Montagem sobre foto de MARCELLO CASAL JR. - Ag. Brasil

É COMPRA DE VAGAS

em renúncia fiscal às universidades privadas que
le para Todos”

ceu com os bancos (PROER), com a AES (Eletrópolis). A “estatização” das vagas ociosas na rede privada tem que ser vista neste contexto de privatização dos lucros e socialização dos prejuízos.

O governo já subsidia o ensino privado através de isenções fiscais e previdenciárias, que serão aumentadas com a “estatização”, e com o crédito educativo. Gasta só aí, o equivalente à metade do orçamento de todas as universidades federais.

Ao invés de comprar as vagas na rede privada, o governo Lula deveria expandir vagas nas universidades públicas, principalmente em cursos noturnos usando para isso os recursos gastos no pagamento dos juros da dívida externa.

O ANDES-SN, a Fasubra e a UNE devem repudiar a compra de vagas, e exigir mais verbas para a universidade pública e gratuita. Os 10% do PIB que são usados no serviço da dívida deveriam ser aplicados na educação pública.

Esse cenário será agravado no próximo ano quando entrar em vigor a Alca que aprofundará ainda mais a mercantilização da Educação. Cabe lembrar que o governo Lula é favorável à Alca e que o Brasil ocupa a copresidência junto com os Estados Unidos..



MOVIMENTO NEGRO TEM QUE EXIGIR ESTATIZAÇÃO DE VERDADE E COTAS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

JOSÉ ERINALDO JÚNIOR, Diretor de Universidades Pagas da UNE e do Movimento Ruptura Socialista

A proposta do governo de oferecer as vagas compradas nas faculdades particulares a estudantes de baixa renda, negros, indígenas, deficientes físicos e ex-presidiários vem gerando uma grande ilusão no movimento negro e nos setores mais pobres da população de que agora será possível “o povo” entrar na universidade.

Nada mais falso. O dinheiro que o governo dá aos tubarões do ensino, ele tira dos negros e pobres em geral. Somente uma pequena parcela das vagas terá bolsa integral, o restante serão bolsas parciais e financiamento estudantil a serem restituídas, com juros, após a conclusão do curso.

Assim, o governo joga os negros nas piores faculdades (impossibilitando-os de entrar em uma universidade pública); enterra o debate de cotas, que ganhou grande peso em várias universidades públicas, favorecendo os tubarões do ensino.

O movimento negro precisa se posicionar contra esta manobra do governo, exigir estatização de fato das faculdades privadas sem indenização aos donos de escola, e um programa nacional de cotas nas universidades públicas. Somente assim iniciaremos a inclusão de fato de negros e negras nas universidades brasileiras.

POLÊMICA

É preciso derrotar a reforma do governo Lula

FOTO MARCELLO CASAL JR. AG. BRASIL



LULA e Gustavo Petta, presidente da UNE

Durante a luta contra a reforma da Previdência, em 2003, os trabalhadores e suas direções se dividiram em duas estratégias opostas. Todo um setor ligado à esquerda do PT e ao PCdoB (e portanto as direções da UNE, parte da direção da Fasubra e outras) **defendeu a negociação da reforma ponto a ponto**, o que dificultou a mobilização e a greve, levando seus parlamentares a votar a favor da reforma no Congresso ou a se abster. Um outro setor, representado pelo ANDES, por outras entidades do funcionalismo e pelo **Movimento Ruptura Socialista** na UNE, defendeu a rejeição global da reforma, sua retirada do Congresso, o voto contrário dos parlamentares e ajudou a organizar a maior greve da história do funcionalismo.

Esse debate já está se repetindo na luta contra a reforma Universitária. A UNE apóia o novo Provão do governo e faz parte da sua comissão nacional. O primeiro adesivo da entidade (ao lado) estampava “Reforma Universitária Já!”, com o argumento de que a reforma Universitária sempre foi uma bandeira do movimento estudantil. Agora, a entidade fará uma campanha “propositiva”, com o objetivo de “influenciar os rumos” da reforma.

Já sabemos onde isso vai acabar: a UNE, que desde o último congresso aprofundou seu curso mais burocrático e governista, vai procurar desviar a luta do movimento estudantil para a negociação com o governo, facilitando a aprovação da reforma e desmoralizando o movimento.

É urgente que todos os setores do movimento estudantil que estão de fato contra a reforma privatista do governo se unifiquem para iniciar uma forte mobilização que permita derrotá-la. O **Movimento Ruptura Socialista** fará todo esforço para criar um movimento nacional contra a reforma do governo, que reúna centros acadêmicos, DCEs, executivas de curso, sindicatos etc. É preciso organizar seminários de base para discutir a reforma em todas as universidades; grupos de trabalho de estudantes, professores e funcionários, a exemplo do que existe na UFRJ; um seminário nacional e uma forte caravana a Brasília na apresentação do projeto. Somente assim poderemos ser vitoriosos. Se ficarmos à espera da UNE, a vitória será do governo. **Mãos à obra!**



A REFORMA É OUTRA!

UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE PARA OS TRABALHADORES

presários devedores da Previdência. Fim da filantropia e dos subsídios ao ensino privado e investimento na educação pública. Nas estaduais, vinculação permanente de percentual mínimo de recursos ao ICMS. Aumento de acordo com a inflação e sempre que houver queda de arrecadação.

AUTONOMIA COM DEMOCRACIA

Não à falsa “autonomia” do governo! Autonomia com democracia e verba pública; Auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição, com aumento de verbas;

Não à regulamentação das fundações proposta pelo governo! Pelo fim das fundações privadas!

Eleições diretas e no mínimo paritárias para reitor e cargos administrativos. Mandatos revogáveis. Fim da lista triplice;

Paridade nos conselhos e colegiados. Representação dos trabalhadores, sem empresários;

Estatuintes paritárias e soberanas que decidam sobre todo o funcionamento da universidade; Conselhos universitários subordinados às estatuintes;

Não à entrada da polícia nos campi; funcionários não armados para impedir os crimes nos campi;

AVALIAÇÃO

Não quero Provão piorado. Quero avaliação de verdade! Por uma avaliação a serviço da melhoria e expansão das universidades públicas!

ACESSO

Ampliação das vagas e contratação de professores já! Por 6 milhões de vagas públicas até 2007!

“O governo prevê 6 milhões de universitários em 2007 (2,4 milhões nas públicas e 3,6 milhões nas pagas). Estatizar as faculdades privadas sem indenização, para chegar a 6 milhões de vagas;

Abertura de novas universidades públicas;

Por um programa nacional de cotas para negros e estudantes de escolas públicas;

Fim do vestibular e livre acesso à universidade

VOLUNTARIADO

Não às bolsas vinculadas ao trabalho voluntário; Não ao voluntariado como critério de avaliação de cursos;

Pelo financiamento estatal dos serviços públicos!

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Não à “privatização” da assistência estudantil! Ampliação da assistência estudantil pública e gratuita; Criação de uma rubrica específica para assistência estudantil no Orçamento;

NAS PAGAS

NÃO À COMPRA DE VAGAS NAS FACULDADES PAGAS Abertura de mais vagas nas públicas com cotas para negros e estudantes de escolas públicas! Estatização das faculdades privadas!

MENSALIDADES

Redução das mensalidades já! Congelamento das mensalidades e auditoria das contas; redução das mensalidades com base na auditoria; Isenção de mensalidade para desempregados. Revogação da lei de mensalidades e proibição de aumentos;

MATRÍCULA PARA TODOS OS INADIMPLENTES

Nenhum inadimplente fora da sala de aula; Matrícula automática para inadimplentes usando as vagas ociosas gratuitamente, sem subsídio do governo. Proibição de inadimplentes no SPC. Estatização de faculdades que desrespeitarem estas diretrizes.

QUALIDADE DE ENSINO

Fechamento dos cursos com baixa qualidade, ou sem diplomas reconhecidos. Transferência dos alunos para universidades públicas;

Professores qualificados e bem remunerados. Obrigatoriedade para pesquisa e extensão;

Proibição de abertura de novos cursos sem que essas diretrizes sejam cumpridas;

FINANCIAMENTO

Subsídio pros tubarões do ensino, não! Verba pública só para ensino público;

Transformação do FIES em bolsas pagas pelos donos de escola;

Por ensino público e gratuito para todos! Estatização das faculdades pagas!

Pelo fim da filantropia.

“NEOLIBERALISMO REQUENTADO” E A REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA

KÁTIA REGINA DE SOUZA LIMA*,
Especial para o **Opinião Socialista**

Uma análise aprofundada das condições de vida da imensa maioria da população em âmbito mundial evidencia que o neoliberalismo, como projeto construído pela burguesia internacional em resposta à crise estrutural do capital, não consegue garantir alterações no cenário de empobrecimento e de estagnação econômica que marca a atualidade. Neste cenário, intelectuais orgânicos da burguesia constroem como estratégia para legitimação do poder de classe burguês um processo de ideologização maciça sobre a existência de um “capitalismo humanizado”. Nem neoliberalismo, nem socialismo, nem social-democracia européia, mas um “novo” projeto societário, ora identificado como Terceira Via, ora como Nova Social Democracia, Nova Esquerda, ou ainda, Governança Progressista, que tem como um dos principais mentores políticos Anthony Giddens, diretor da London School of Economics e professor da Universidade de Cambridge.

A Terceira Via, pleiteando para si o papel de teoria da sociedade e da política contemporâneas, apresenta os seguintes fundamentos básicos: 1) no nível da política, trata-se de ‘modernizar o centro’, com a aceitação da idéia de justiça social e a rejeição da ‘política de classes’ e da igualdade econômica, procurando apoio em todas as classes sociais e assegurando que o governo seja uma das condições para a expansão e o desenvolvimento da liberdade individual e, 2) no plano econômico, trata de equilibrar regulação e desregulação de uma economia mista, através de parcerias entre público e privado (Chauí, 1999)¹.

É neste cenário político mais amplo que devemos compreender a guinada à direita do Partido dos Trabalhadores durante a década de 1990, marcada pelos seguintes eixos políticos: 1) a eliminação das referências ao socialismo e às lutas antiimperialistas como princípios e objetivos do partido, substituídas pela tentativa de conciliação dos inconciliáveis interesses de classes; 2) a burocratização do partido através da ação de funcionários contratados que substituíram a militância de base; 3) a redução das lutas dos trabalhadores à legalidade burguesa, fazendo com que o objetivo do partido se restrinja à ocupação de cargos no governo através de

alianças oportunistas com setores da burguesia brasileira. Estes três eixos atravessam a campanha eleitoral – “Coligação Lula Presidente” – apresentando um projeto nacional de desenvolvimento caracterizado pelo aprofundamento, e não apenas a continuidade, da agenda neoliberal para o Brasil², especialmente no que se refere ao pagamento da dívida externa e aos acordos com os organismos internacionais do capital.

O aprofundamento desta agenda neoliberal e a subordinação aos organismos internacionais estão presentes na “Carta ao Povo Brasileiro” divulgada em junho de 2002; no programa de governo e nas

“A reforma de Lula é o relançamento requentado das propostas privatizantes que a UNESCO, o Banco Mundial, o FMI, o BID e FHC apresentaram ao longo da década de 90”

cartas do governo brasileiro ao FMI elaboradas por Palocci-Meirelles que apresentam a seguinte pauta: superávit primário de 4,25% do PIB para pagamento da dívida externa; aprovação de reformas estruturais (Previdência, Fiscal, Tributária, Trabalhista, Sindical); autonomia do Banco Central e implementação de políticas sociais focalizadas no “alívio à pobreza”.

No que se refere à área de Educação, o governo Lula vem implementando a mesma linha política apresentada pelo Banco Mundial e FMI: a) necessidade de investimento público no combate ao analfabetismo, no financiamento da educação fundamental e do ensino médio; b) abertura do setor educacional, especialmente da Educação superior para a participação das empresas e grupos estrangeiros, através da Educação superior à distância e, c) diversificação das fontes de financiamento da Educação superior, eixo norteador da proposta de reforma Universitária do governo Lula. Esta proposta encobre a estratégia de privatização das universidades públicas através da retomada “envernizada” do conceito de público não-estatal presente na reforma do Estado brasileiro, elaborada por FHC-Bresser Pereira, via parcerias público-privado; regulamentação das fundações de di-

reito privado; proposta de autonomia universitária do governo; lei de inovação tecnológica que viabiliza a transferência de tecnologia das universidades para as empresas, entre outros.

Um elemento fundamental deste debate e que demonstra como a reforma Universitária se constitui numa política de governo, mais ampla do que o MEC de Cristovam Buarque ou de Tarso Genro, é o documento do Grupo de Trabalho interministerial³ intitulado *Bases para o Enfrentamento da Crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira*. O centro do documento é a defesa da diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas, especialmente as federais, e a alocação de verbas públicas para universidades privadas e confessionais (*Pacto de Educação pelo Desenvolvimento Inclusivo* e o recém lançado *Programa Universidade Para Todos*).

A Educação à distância tem sido apresentada pelo governo “neoliberal requentado” de Lula como uma estratégia de “democratização” do acesso à educação superior. Entretanto, uma análise aprofundada dos documentos e projetos do governo demonstra que o que está sendo proposto é a comercialização de pacotes tecnológicos, de programas de ensino e materiais didáticos produzidos nas empresas e universidades norte-americanas e européias; a expansão das universidades corporativas, com seus cursos dirigidos para os interesses imediatos das empresas; a diplomação compartilhada entre universidades norte-americanas e européias e universidades brasileiras e, o projeto de implantação de universidades virtuais, que constituem áreas de interesse político e econômico para o capital internacional e se articulam ao debate sobre a Alca e a ação da OMC na periferia do capitalismo – a Educação como serviço⁴.

Fica evidente, portanto, que a direção política da reforma Universitária proposta pelo governo Lula constitui-se no relançamento “requentado” das propostas privatizantes que a UNESCO, o Banco Mundial, o FMI, o BID e o governo neoliberal de FHC apresentaram ao longo da década de 90. Está colocada para todos nós a tarefa política de desmontar criticamente esta proposta, reafirmando o projeto de Educação e de Universidade que construímos, fruto da concepção de que a Universidade pública brasileira tem um papel fundamental na construção de um projeto de sociedade que ultrapasse a “humanização do capitalismo”, marca registrada do governo Lula da Silva. ■

NOTAS

1 Chauí, M. *Fantasia da Terceira Via*. Jornal Folha de São Paulo, 19/12/1999.

2 Para aprofundar este debate, ver Dias, E.F. *Que fazer? A conjuntura e as nossas tarefas*. In Revista Universidade e Sociedade. N. 30. Junho de 2003. Brasília: ANDES- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

3 Este Grupo de Trabalho foi composto por representação da Casa Civil, da Secretaria Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, Planejamento, Fazenda e Ciência e Tecnologia.

4 Lima, K. R. S. *Organismos Internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração*. In: Neves, L. (org.) *O Empresariamento da educação*. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.SP: Xamã, 2002.



Kátia Regina é professora da Escola de Serviço Social e doutoranda da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisadora do Coletivo de Estudos sobre Política Educacional e do NEPEs – UFF e membro do GT de Política Educacional da ADUFF